



Revista Portuguesa de Estomatologia, Medicina Dentária e Cirurgia Maxilofacial

www.elsevier.pt/spemd



Investigação original

Prevalência da automedicação entre estudantes da Universidade do Estado do Amazonas (Brasil)



Anderson Iuras^a, André Augusto Franco Marques^b, Lucas da Fonseca Roberti Garcia^{c,*}, Michael Brian Santiago^a e Luana Kelly Lima Santana^d

^a Escola de Saúde, Universidade do Estado do Amazonas, Curso de Medicina, Manaus, AM, Brasil

^b Escola de Saúde, Universidade do Estado do Amazonas, Curso de Odontologia, Manaus, AM, Brasil

^c Departamento de Odontologia Restauradora, Faculdade de Odontologia de Araçatuba, Universidade Estadual Paulista, Araçatuba, SP, Brasil

^d Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Paulista, Curso de Farmácia, Manaus, AM, Brasil

INFORMAÇÃO SOBRE O ARTIGO

Historial do artigo:

Recebido a 19 de julho de 2015

Aceite a 30 de janeiro de 2016

On-line a 4 de março de 2016

Palavras-chave:

Automedicação

Efeitos colaterais

Uso terapêutico

R E S U M O

Objetivos: O Brasil já ocupa a quinta posição entre os países mais consumidores de medicamentos, sendo o primeiro lugar na América Latina. O presente estudo teve por objetivo verificar se esta prática é comum entre estudantes universitários da área de saúde da Universidade Estadual do Amazonas (Brasil).

Métodos: Todos os estudantes universitários, distribuídos entre os cursos de enfermagem, medicina e medicina dentária; e cursando o terceiro, quarto e quinto semestres foram submetidos a questionários para avaliar a prevalência da automedicação. No entanto, de todos os estudantes previamente selecionados, somente 58 atenderam a todos os critérios de inclusão amostral.

Resultados: Quando perguntados se já fizeram uso de medicamentos sem prescrição médica, 89% dos estudantes universitários responderam sim e apenas 11% responderam não. Dor de cabeça, dores musculares, dor de garganta, febre, inflamações foram as principais queixas que levaram à prática de automedicação. Analgésicos/antipiréticos, anti-inflamatórios, antibióticos e relaxantes musculares representaram as principais classes de medicamentos utilizados para aliviar tais sinais e sintomas.

Conclusões: Medidas preventivas e educativas devem ser aplicadas, contribuindo para a diminuição dos riscos causados pela automedicação, e, conseqüentemente, conscientizar os futuros profissionais em relação ao perigo que certos medicamentos podem representar.

© 2016 Sociedade Portuguesa de Estomatologia e Medicina Dentária. Publicado por Elsevier España, S.L.U. Este é um artigo Open Access sob a licença de CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

* Autor para correspondência.

Correio eletrónico: drlucas.garcia@gmail.com (L. da Fonseca Roberti Garcia).

<http://dx.doi.org/10.1016/j.rpemd.2016.01.001>

1646-2890/© 2016 Sociedade Portuguesa de Estomatologia e Medicina Dentária. Publicado por Elsevier España, S.L.U. Este é um artigo Open Access sob a licença de CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

Prevalence of self-medication among students of State University of Amazonas (Brazil)

ABSTRACT

Keywords:

Self medication
Adverse effects
Therapeutic use

Objective: Brazil occupies the fifth position in the list of medical drugs consumption, being first in Latin America. The present study aimed to determine whether this practice is common among students of the State University of Amazonas (Brazil).

Methods: Students from the nursing, medicine and dentistry courses; and attending the third, fourth and fifth semesters were submitted to questionnaires to assess the prevalence of self-medication. However, from the students previously selected, only one hundred-eighty completely attended to the inclusion criteria.

Results: When asked if they have already used non-prescription drugs, 89% of the students answered yes, and only 11% answered no. Headache, muscle aches, sore throat, fever, and inflammation were the main complaints that led to the practice of self-medication. Analgesics/antipyretics, anti-inflammatories, antibiotics and muscle relaxants represented the main classes of drugs used to alleviate such symptoms and signs.

Conclusion: Preventive and educational measures should be applied, contributing to the reduction of risks caused by self-medication; and consequently, educating future professionals regarding the danger that some medical drugs may represent.

© 2016 Sociedade Portuguesa de Estomatologia e Medicina Dentária. Published by Elsevier España, S.L.U. This is an open access article under the CC BY-NC-ND license (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

Introdução

A automedicação refere-se ao consumo de determinado medicamento sem orientação ou prescrição de um agente de saúde responsável por tal procedimento, na qual o próprio paciente decide qual o melhor medicamento para tratar sua doença ou sintomas^{1,2}. Da mesma forma, a reutilização de prescrições médicas antigas também é considerada automedicação^{1,2}.

Devido à precariedade, a automedicação é um tema preocupante para a comunidade médico-odontológica e farmacêutica no mundo todo, sendo que, especificamente no Brasil, cerca de 35% dos medicamentos comprados em farmácias e drogarias são frutos da automedicação³⁻⁵.

A automedicação pode ser classificada de 3 formas, sendo esta cultural, quando se faz uso de produtos a partir do conhecimento adquirido ao longo do tempo, e que é passado através de gerações; orientada, quando o paciente já possui conhecimentos prévios sobre os medicamentos que pretende utilizar; ou induzida, quando o uso de medicamentos é realizado devido a influência de campanhas publicitárias com fins comerciais³.

São várias as razões que levam um indivíduo a se automedicar, destacando-se a dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde e ao profissional responsável pela prescrição do medicamento³. Pode-se também citar a falta de fiscalização dos órgãos públicos competentes e diversos interesses comerciais que induzem a população a se automedicar³. Sendo assim, admite-se que a automedicação tem aumentado de maneira significativa no mundo todo, inclusive no Brasil, onde tal aumento tem ocorrido de forma mais acentuada nas regiões mais carentes³⁻⁵.

Porém, vale ressaltar que tal prática não ocorre somente nas classes mais desfavorecidas⁶. Nas classes sociais de

maior poder aquisitivo, onde os indivíduos possuem um nível de escolaridade mais elevado, o consumo de medicamentos sem orientação médica também é uma prática rotineira, provavelmente, por acreditarem que possuem conhecimento suficiente para tal⁶.

Devido à precariedade do sistema público de saúde, sobretudo em países subdesenvolvidos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a automedicação uma necessidade, como função complementar ao tratamento de diversas doenças⁷. Por este motivo, publicou diretrizes para a utilização segura de medicamentos que poderiam ser empregados em automedicação⁷. Seguindo tais diretrizes da OMS, os medicamentos devem ser confiáveis, eficazes, seguros e de fácil administração pelo próprio indivíduo⁷. No entanto, sabe-se que a venda livre de medicamentos pode induzir a automedicação por facilitar a sua aquisição⁷.

Desta forma, o objetivo do presente estudo foi verificar se a prática da automedicação é comum entre estudantes da área de saúde da Universidade do Estado do Amazonas (UEA – Brasil); identificar os tipos mais comuns de medicamentos que são utilizados sem prescrição médica; e identificar os principais motivos que os levaram a adquirir medicamentos sem prescrição.

Materiais e métodos

O projeto foi submetido à análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (CEP/UEA) e aprovado sob o número de protocolo 32147314.9.0000.5016. Vale ressaltar que esta pesquisa não representou, sob nenhuma hipótese, risco para os pesquisadores, nem para os sujeitos avaliados, pois a metodologia esteve restrita à aplicação de questionário avaliativo do tema abordado.

A presente pesquisa consistiu de um estudo observacional quantitativo e descritivo, onde questionários com múltiplas questões (24 no total) foram aplicados em estudantes da UEA (Brasil), para avaliar a prevalência da automedicação. Todos os estudantes universitários, distribuídos entre os cursos de enfermagem, medicina e medicina dentária; e cursando os terceiro, quarto e quinto semestres foram selecionados para a entrevista. No entanto, os seguintes critérios de inclusão foram observados:

- Estar regularmente matriculado nos referidos cursos.
- Ter idade igual ou maior que 18 anos.
- Aceitar voluntariamente participar do estudo.
- Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) exigido pelo CEP/UEA.

Assim sendo, de todos os estudantes previamente selecionados, somente 180 atenderam a todos os critérios de inclusão amostral. Estudantes da etnia indígena também foram excluídos da amostra, pois estudos envolvendo povos indígenas demandariam maior tempo para sua execução, conforme dispõe a Resolução CNS 304/00⁸, inviabilizando-se a execução da pesquisa.

Os dados foram coletados através de questionário próprio estruturado, constituído de perguntas estruturadas e semi-estruturadas, construído especialmente para o estudo com base na bibliografia consultada. Os estudantes foram avaliados levando-se em consideração os seguintes itens:

- Quais os tipos mais comuns de medicamentos que utilizam sem prescrição médica?
- Quais os principais motivos que os levaram a adquirir medicamentos sem prescrição?
- Identificar se os estudantes acreditam ter experiência para se automedicar.
- Se a automedicação, mesmo com medicamentos de venda livre, já trouxe algum prejuízo à saúde.
- Identificar características socio-econômicas que possam estar correlacionadas a esse comportamento.

Resultados

Do total de estudantes entrevistados, 98 (54%) pertenciam ao sexo masculino e 82 (46%) ao sexo feminino. Quanto à idade, a maioria (67%) foi representada por jovens de 18-23 anos. A maioria, 54%, morava com familiares, sozinho (19%), com amigos (13%), ou outros (14%). Destes, 148 estudantes (82%) não possuíam renda própria. Em relação à renda familiar, 71% apresentava renda de 1-8 salários mínimos, 16% apresentavam renda superior a 8 salários mínimos e 13% não responderam ao questionamento (tabela 1).

Quando perguntados se já fizeram uso de medicamentos sem prescrição médica, 89% dos estudantes universitários responderam sim, e apenas 11% responderam não. Os medicamentos mais utilizados durante o período em que estiveram na universidade até então foram os analgésicos e antipiréticos, representando 35%, anti-inflamatórios (20%), antibióticos (13%), relaxante muscular (8%), seguido de antialérgicos, antiespasmódicos e antigripais, os quais representaram 4%

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Sexo	Discentes (n)	Porcentagem
Masculino	98	54
Feminino	82	46
Total	180	100
<i>Grupo etário</i>		
18-20 anos	65	36
21-23 anos	56	31
24 até 30 anos	44	25
Mais de 30 anos	15	8
Total	180	100
<i>Possui renda própria</i>		
Sim	32	18
Não	148	82
Total	180	100
<i>Renda familiar</i>		
1-2 salários mínimos*	42	23
3-5 salários mínimos*	59	33
6-8 salários mínimos*	27	15
Acima de 8 salários mínimos	29	16
Não responderam	23	13
Total	180	100

*Valor do salário mínimo no Brasil** – R\$3,58 (hora) = € 0,83 40 horas/semanais (cotação do dia 23/12/2015).

**Decreto 8.381/2014.

Tabela 2 – Uso de medicamentos sem prescrição médica e classe de medicamentos mais utilizados

Medicação sem prescrição	Discentes (n)	Porcentagem
Sim	161	89
Não	19	11
Total	180	100
<i>Medicamentos utilizados</i>		
Analgésicos/antitérmicos	98	35
Anti-inflamatórios	57	20
Antibióticos	38	13
Relaxantes musculares	23	8
Antialérgicos	11	4
Antigripais	10	4
Antiespasmódicos	10	4
Gastroprotetores	9	3
Antiparasitários	7	3
Metilfenidato	7	2
Suplementos vitamínicos	6	2
Outros	7	2
Total	283	100

do total, e, finalmente, gastroprotetores, suplementos vitamínicos, ritalina (metilfenidato), antiparasitários e outros, representando 12% do total (tabela 2).

Quando questionados sobre o período de tratamento, 47% utilizaram medicamentos sem prescrição médica por um período de um a 2 dias, 37% por uma semana, apenas 7% por mais de uma semana, 6% por meses e 3% por anos (tabela 3).

Os medicamentos utilizados sem prescrição foram utilizados para tratar os seguintes sinais ou sintomas: dor de cabeça (24%), dores musculares (13%), dor de garganta (10%), febre (9%), inflamação (8%), dores diversas (7%), sintomas de gripe (6%), infecção (5%), cólicas (4%), seguido de alergias, dor de estômago, parasitoses e desgaste físico e mental,

Tabela 3 – Período de tratamento com medicamentos utilizados sem prescrição médica

Período de tratamento	Discentes (n)	Porcentagem
1-2 dias	75	47
Uma semana	60	37
Mais de uma semana	12	7
Meses	9	6
Anos	5	3
Total	161	100

Tabela 4 – Principais doenças tratadas pelos medicamentos utilizados sem prescrição médica

Sinais/sintomas	Discentes (n)	Porcentagem
Dores de cabeça	68	24
Dores musculares	38	13
Dor de garganta	28	10
Febre	27	9
Inflamação	22	8
Dores	21	7
Infecção	13	5
Sintomas da gripe	17	6
Cólicas	10	4
Alergia	9	3
Dor no estômago	7	2
Parasitoses	5	2
Desgaste físico e mental	4	1
Outros	16	6
Total	285	100

Tabela 5 – Medicamentos sem prescrição médica utilizados com maior frequência durante a vida dos entrevistados

Durante a vida/medicamentos mais utilizados	Discentes (n)	Porcentagem
Analgésicos	82	57
Anti-inflamatórios	25	17
Antibióticos	13	9
Relaxante muscular	10	7
Antigripais	6	4
Antiespasmódicos	6	4
Antiparasitários	1	1
Gastroprotetor	1	1
Outros	144	100

representando juntos o total de 8%. Ainda 16 pessoas (6%) referiram-se a outras doenças (tabela 4).

Em relação aos medicamentos mais utilizados sem prescrição médica durante toda a vida, considerando o período anterior ao ingresso na universidade, 57% responderam ter utilizado analgésicos, 17% anti-inflamatórios, 9% antibióticos, 7% relaxantes musculares, 4% antigripais e antiespasmódicos, e 1% respondeu ter utilizado antiparasitários e gastroprotetores (tabela 5).

Quando questionados se já se basearam em receitas médicas antigas para comprar medicamentos, 51% responderam sim e 49% responderam não (fig. 1A). A maioria (74%) respondeu utilizar receitas antigas próprias e 26% de outras pessoas (fig. 1B). Quando questionados se já se basearam em informações de terceiros para aquisição de medicamentos sem prescrição, 68% responderam sim e 32% responderam não

Tabela 6 – Uso de medicamentos sem prescrição nos últimos 15 dias e tipo de medicamento para tratar que tipo de enfermidade

Medicamentos sem prescrição médica nos últimos 15 dias	Discentes (n)	Porcentagem
Sim	54	30
Não	126	70
Total	180	100
Medicamentos		
Analgésicos	44	58
Antibióticos	8	11
Anti-inflamatórios	6	8
Relaxante muscular	6	8
Antiespasmódicos	5	7
Antigripais	2	3
Gastroprotetor	1	1
Antialérgicos	1	1
Outros	2	3
Total	75	100
Para tratar		
Dor de cabeça	28	37
Dor de garganta	9	12
Sintomas de gripe	7	9
Dores	7	9
Cólicas	5	7
Febre	4	5
Dores musculares	4	5
Inflamações	3	4
Dor no estômago	2	3
Outros	7	9
Total	76	100

(fig. 1C). Quanto à origem das informações de terceiros, 73% responderam serem provenientes de parentes, 25% de amigos ou colegas e 2% de vizinhos (fig. 1D).

Quanto ao uso de medicamentos sem prescrição nos últimos 15 dias, 30% responderam ter utilizado medicamentos neste período e 70% responderam não. Dos que responderam sim, 58% utilizaram analgésicos, 11% antibióticos, 8% relaxantes musculares e anti-inflamatórios, 7% antiespasmódicos, 3% antigripais, 1% gastroprotetores e antialérgicos, e 3% utilizaram outros medicamentos. A maioria, 37%, respondeu ter utilizado medicamentos para tratar dor de cabeça, seguido de dor de garganta (12%), sintomas de gripe e dores generalizadas (9%), cólicas (7%), febre e dores musculares (5%), inflamações diversas (5%), dor no estômago (3%) e outros sinais ou sintomas (9%) (tabela 6).

Quando a questão foi se o entrevistado já havia feito uso de medicamento para tratar algum sintoma que apareceu após o início de sua vida universitária, 54% responderam não e 46% responderam sim. Dos que responderam sim, a maioria, 27%, respondeu ter utilizado analgésicos/antipiréticos, seguido ao uso de anti-inflamatórios (16%), relaxantes musculares (15%), antibióticos (7%), cápsulas de cafeína (6%), gastroprotetor e antigripais (5%), metilfenidato (4%), antiespasmódicos e anti-alérgicos (3%), piracetan (3%), vitaminas/polivitamínicos (3%) e outros (3%). Os seguintes sinais e sintomas foram relatados como os principais motivos para automedicação: dor de cabeça (23%), dores musculares (12%), inflamações diversas (9%), dor de garganta (9%); dores generalizadas (8%), falta de

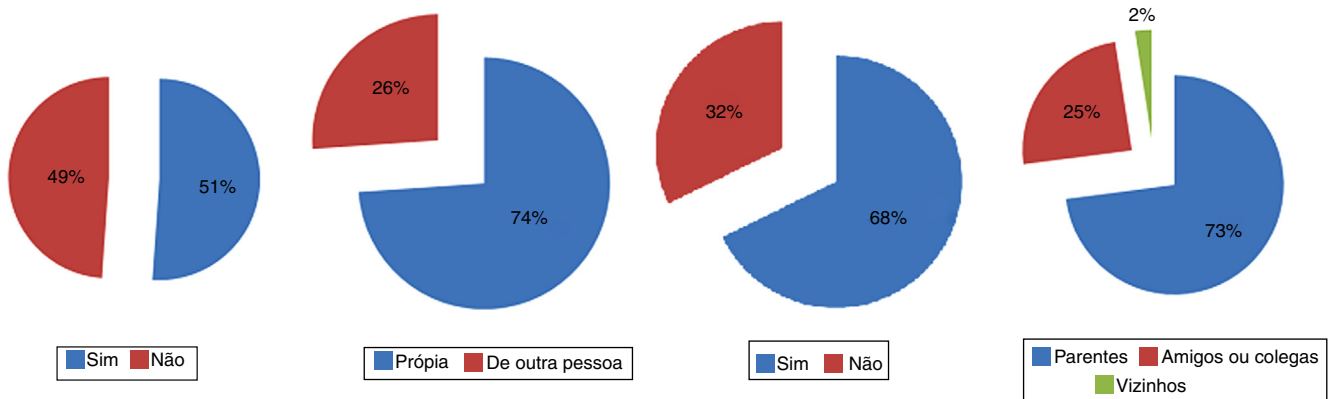


Figura 1 – (A) Percentagem de entrevistados que já utilizaram receitas médicas antigas para comprar medicamentos. (B) Percentagem referente à origem da receita médica. (C) Percentagem de entrevistados que utilizam informações de terceiros para aquisição de medicamentos sem prescrição. (D) Percentagem referente à origem das informações obtidas com terceiros.

atenção e memória (8%), sintomas de gripe (7%) cansaço físico e mental (6%), dor no estômago (5%) alergias (4%), febre (3%), cólicas (2%) e outros (4%) (tabela 7).

Quando perguntados se para tratar algum sinal ou sintoma os entrevistados já se dirigiram a uma farmácia/drogaria para pedir informações sobre medicamentos, 58% disseram não e 42% disseram sim (fig. 2A). Dos que responderam sim, 40% disseram terem sido atendidos por farmacêuticos, 42% foram atendidos por auxiliares farmacêuticos (atendente) e 18% não souberam especificar (fig. 2B). Ao serem atendidos, 63% adquiriram algum medicamento (fig. 2C), sendo que destes medicamentos a principal classe foi representada pelos analgésicos/antipiréticos (21%), seguido de anti-inflamatórios (18%), antibióticos (9%), antigripais e relaxantes musculares (7%), antiparasitários (5%), gastroprotetores, antialérgicos e antiespasmódicos (4%), outros (6% [fig. 2D]).

Quando questionados se os medicamentos adquiridos eram de venda livre ou traziam a inscrição «venda sob prescrição médica», 43% responderam que os medicamentos adquiridos eram de venda livre, 20% disseram já terem adquirido medicamentos de venda sob prescrição médica e 37% disseram ter adquirido ambos (fig. 2E). Dos medicamentos sem prescrição médica comprados, 37% afirmaram ter adquirido antibióticos, 31% anti-inflamatórios, 6% metilfenidato, 6% outros medicamentos e 20% não se lembraram (fig. 2F).

Quando questionados se possuem conhecimento suficiente para se automedicar, a grande maioria, 88%, dos entrevistados responderam não, e somente 12% responderam sim (fig. 3A). Agora, quando questionados se conhecem as reações adversas/efeitos colaterais provocadas pelos medicamentos, 74% responderam sim e 26% não (fig. 3B). Em relação a problemas que surgiram com medicações ingeridas, 92% respondeu que nunca apresentaram nenhum problema ao se automedicarem, 8% responderam que tiveram problemas, sendo os principais a insônia (23%), cefaleia (29%), dor no estômago (12%), reações alérgicas diversas (12%), enjoo (18%) e sono/tontura (6%) (fig. 3C). Quando questionados se já fizeram uso de algum medicamento para ajudá-los no desempenho acadêmico, 75% responderam não e 25% sim (fig. 3D), sendo que

Tabela 7 – Uso de medicamentos sem prescrição médica para tratamentos de sinais e sintomas após o início da vida acadêmica

Medicamento para tratar algum sinal ou sintoma após o início da vida acadêmica	Discentes (n)	Percentagem
Sim	83	46
Não	97	54
Total	180	100
Medicamentos		
Analgésicos/antitérmicos	42	27
Anti-inflamatórios	24	16
Relaxante muscular	23	15
Antibióticos	10	7
Cápsulas de cafeína	9	6
Gastroprotetor	8	5
Antigripais	8	5
Metilfenidato	6	4
Antiespasmódicos	5	3
Antialérgicos	5	3
Piracetan	4	3
Vitaminas/polivitamínicos	5	3
Outros	5	3
Total	154	100
Para tratar		
Dor de cabeça	40	23
Dores musculares	21	12
Inflamações	16	9
Dor de garganta	15	9
Dores	14	8
Falta de atenção e memória	14	8
Sintomas de gripe	12	7
Cansaço físico e mental	11	6
Dor no estômago	8	5
Alergia	6	4
Febre	5	3
Cólicas	4	2
Outros	6	4
Total	172	100

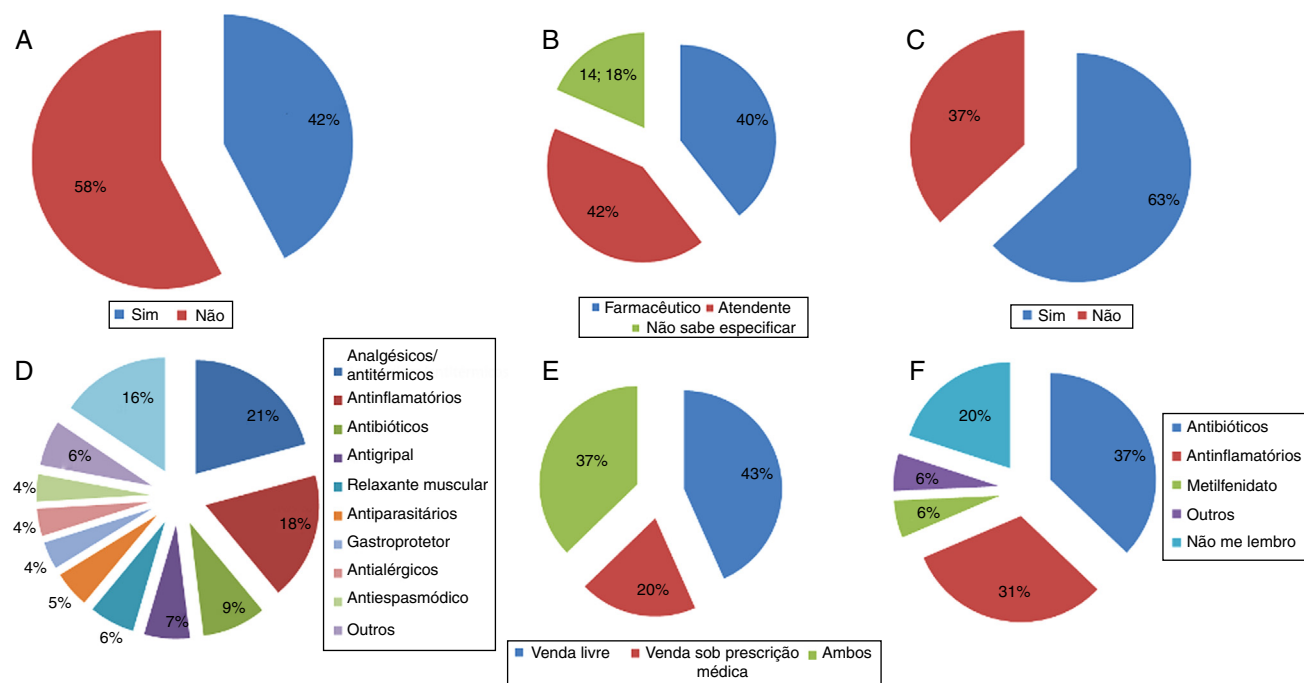


Figura 2 – (A) Percentagem de entrevistados que pediram informações em farmácias/drogarias sobre a utilização de medicamentos. (B) Percentagem referente a quem forneceu orientações na farmácia/drogaria ao entrevistado. (C) Percentagem de entrevistados que adquiriram medicamentos em farmácias/drogarias após o atendimento. (D) Principais medicamentos adquiridos sem prescrição médica após orientação na farmácia/drogaria. (E) Condição de venda do medicamento adquirido pelos entrevistados. (F) Principais medicamentos adquiridos sem prescrição médica.

dos que afirmaram sim, 51% responderam fazer uso de cápsulas de cafeína, 17% de guaraná em pó, 11% metilfenidato, 11% vitaminas/polivitamínicos, 8% piracetan e 2% ginkgo biloba, um medicamento fitoterápico (fig. 3E).

Discussão

Existem várias razões que podem levar um indivíduo a se automedicar³. A dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde e ao profissional responsável pela prescrição, a falta de fiscalização dos órgãos competentes e os interesses comerciais são as principais⁹.

A automedicação é motivada principalmente pela insatisfação dos pacientes à qualidade questionável do atendimento nos serviços de saúde, e a relação entre profissionais de saúde e paciente que a cada dia se degrada mais¹⁰⁻¹². Outras motivações observadas são a utilização de medicamentos que num passado próximo já foi feita pelo indivíduo, os aconselhamentos e indicações dados por amigos e familiares, e a busca do anonimato facilmente encontrado nas drogarias¹⁰⁻¹². Esses achados corroboram as recomendações para que parcerias sejam estabelecidas, qualificando devidamente os profissionais envolvidos na venda de medicamentos, o que levaria a uma prevenção mais eficaz das doenças, na orientação adequada à terapêutica medicamentosa e ao uso racional destes³.

Atualmente, as drogarias são vistas apenas como uma alternativa encontrada pelos indivíduos para as dificuldades

encontradas durante o atendimento nos serviços de saúde, cumprindo apenas o papel de fornecedoras de medicamentos, não sendo, porém, consideradas como um local adequado para busca de orientações sobre saúde¹⁰⁻¹².

A automedicação, apesar de se concentrar de forma mais significativa nas classes carentes, não é exclusiva destas³. Em classes sociais mais elevadas também existe uma grande tendência para a automedicação³. Apesar de não ter sido objeto de estudo desta pesquisa, tal informação fornecida por estudos anteriores é fundamental para o entendimento dos presentes resultados.

Ainda, o presente estudo demonstrou que, mesmo se tratando de futuros profissionais da área de saúde, a renda média baixa provavelmente impõe a mesma dificuldade de acesso aos serviços de saúde e ao profissional prescritor observada na população mais pobre em geral, o que justificaria a alta taxa de automedicação observada¹³.

Por se tratarem de alunos universitários de um curso integral, onde a metodologia é presencial, com carga horária muitas vezes chegando a 8 horas por dia, o tempo para estudar é escasso, comprometendo o sono, o que justificaria o uso de estimulantes para suprimir o sono¹³. Estudo anterior demonstrou que em uma população de 224 estudantes de medicina, 67,7% utilizavam cafeína ou pó de guaraná como estimulante, corroborando os resultados deste estudo¹⁴.

Estudos demonstram que cerca de 35% dos medicamentos adquiridos por indivíduos em farmácias e drogarias no Brasil são para automedicação^{4,5}. Apesar da OMS considerar a automedicação, sobretudo em países pobres, uma

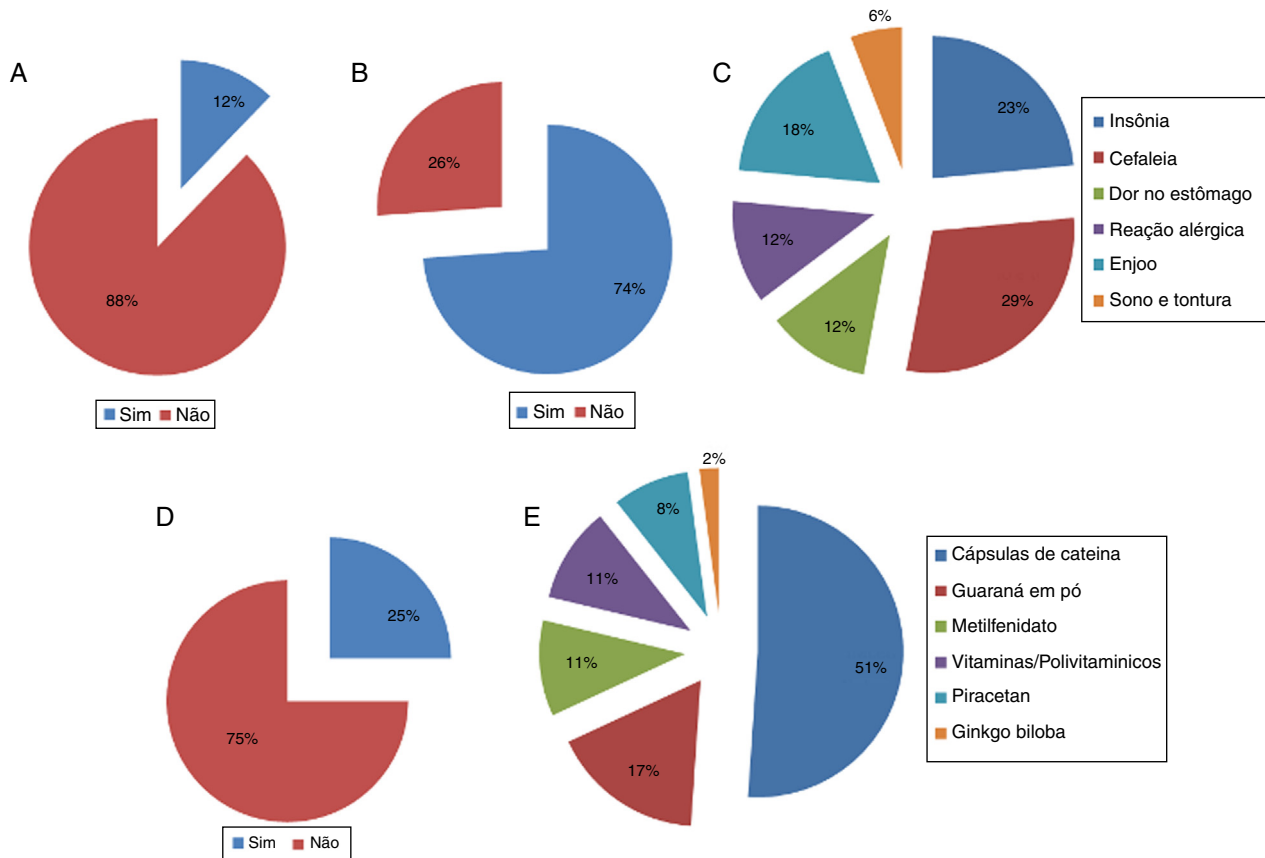


Figura 3 – (A) Percentagem de entrevistados que afirmaram possuir conhecimento suficiente para adquirir medicamentos sem prescrição médica. (B) Percentagem de entrevistados que afirmaram conhecer as reações adversas provocadas pelos medicamentos adquiridos sem prescrição médica. (C) Principais problemas que surgiram após o consumo de medicamentos sem prescrição médica. (D) Percentagem de entrevistados que utilizaram medicamentos sem prescrição médica para ajudá-los no desempenho acadêmico. (E) Principais medicamentos utilizados sem prescrição médica para melhora do desempenho acadêmico.

necessidade, a aquisição de medicamentos deveria ser sempre orientada por um profissional habilitado, pois nenhum medicamento é destituído de efeitos colaterais^{7,15}.

Ainda segundo a OMS, os medicamentos mais utilizados durante a automedicação são os analgésicos, resultado este semelhante ao observado no presente estudo⁷. Sabe-se que a maioria dos analgésicos e antipiréticos são de venda livre, o que não se aplica aos anti-inflamatórios e antibióticos, podendo estes ser somente vendidos mediante apresentação e retenção da prescrição médica. Conforme observado neste estudo, dentre os medicamentos adquiridos pelos universitários, o metilfenidato se destaca. A maioria dos entrevistados (92%) alegou que nunca tiveram problemas com a administração de medicamentos sem orientação médica. Dos que tiveram problemas, a insônia, a cefaleia e a dor no estômago foram as principais queixas. Sabe-se que o uso indevido de medicamentos estimulantes como metilfenidato pode levar à insônia e à cefaleia³.

Outro dado que merece destaque é o de que a grande maioria dos universitários entrevistados (88%) afirmaram não possuir conhecimento suficiente para se automedicar. Por outro lado, observou-se que cerca de 74% dos entrevistados alegaram possuir conhecimento sobre as reações adversas e

efeitos colaterais causados pelos medicamentos. Por se tratarem de estudantes da área da saúde, o resultado é de certa forma surpreendente. Mesmo afirmando conhecerem os efeitos adversos dos medicamentos, a maioria afirma ainda não possuir conhecimento suficiente para se automedicar.

Segundo dados da OMS⁷ e do Ministério da Saúde do Brasil, o mercado brasileiro dispõe de mais de 32 mil medicamentos catalogados^{7,16}. Diversos medicamentos são comercializados de forma indiscriminada pelas farmácias e drogarias³. O ato de se automedicar é potencialmente prejudicial à saúde individual e coletiva, pois mesmo os medicamentos de venda livre, considerados simples e sem efeitos colaterais, podem causar reação de hipersensibilidade, intoxicações, hemorragias digestivas, dependência, entre outros, além da automedicação poder mascarar vários sintomas de diversas doenças³.

Conclusão

Com base nos resultados observados neste estudo, pode-se afirmar que os dados referentes à automedicação entre estudantes universitários dos cursos da área de saúde no estado do Amazonas (Brasil) são preocupantes. A conscientização, não

só da população em geral, como daqueles que futuramente serão parte integrante dos profissionais da área da saúde é de fundamental importância.

Responsabilidades éticas

Proteção de pessoas e animais. Os autores declaram que os procedimentos seguidos estavam de acordo com os regulamentos estabelecidos pelos responsáveis pela Comissão de Ética em Pesquisa Universidade do Estado do Amazonas e de acordo com os da Associação Médica Mundial e da Declaração de Helsinque.

Confidencialidade dos dados. Os autores declaram ter seguido os protocolos de seu centro de trabalho acerca da publicação dos dados de pacientes e que todos os pacientes incluídos no estudo receberam informações suficientes e deram o seu consentimento informado por escrito para participar nesse estudo.

Direito à privacidade e consentimento escrito. Os autores declaram ter recebido consentimento escrito dos entrevistados desta pesquisa. O autor para correspondência deve estar de posse desse documento.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

REFERÊNCIAS

- Morgan DJ, Okeke IN, Laxminarayan R, Perencevich EN, Weisenberg S. Non-prescription antimicrobial use worldwide: A systematic review. *Lancet Infect Dis.* 2011;11:692-701.
- Pan H, Cui B, Zhang D, Farrar J, Law F, Ba-Thein W. Prior knowledge, older age, and higher allowance are risk factors for self-medication with antibiotics among university students in southern China. *PLoS One.* 2012;7:e41314.
- Nebeker JR, Barach P, Samore MH. Clarifying adverse drug events: A clinician's guide to terminology, documentation, and reporting. *Ann Intern Med.* 2004;140:795-801.
- Carvalho MF, Pascom AR, Souza PR Jr, Damacena GN, Szwarcwald CL. Utilization of medicines by the Brazilian population. *Cad Saude Publica.* 2005;21 Suppl:100-8.
- Pinto MCX, Ferre F, Pinheiro MLP. Potentially inappropriate medication use in a city of Southeast Brazil. *Braz J Pharm Sci.* 2012;48:79-86.
- Figueiras A, Caamaño F, Gestal-Otero JJ. Sociodemographic factors related to self-medication in Spain. *Eur J Epidemiol.* 2000;16:19-26.
- World Health Organization. Medicines: rational use of medicines [internet]. Geneva: Fact sheet n. 338. Media Centre; 2010 [citado 10 Out 2013]. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs338/en/>.
- Resolução n° 304/00, item VIII.4.d das Leis n° 8.080 e 8142. Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde do Brasil (2000).
- Buke C, Hosgor-Limoncu M, Ermertcan S, Ciceklioglu M, Tuncel M, Köse T, et al. Irrational use of antibiotics among university students. *J Infect.* 2005;51:135-9.
- Yang D. Study on burden of influenza and economic benefits of vaccine/drug prevention. *Occup Health.* 2013;29:1948-53.
- Liu Y. Reforming China's health care: For the people, by the people. *Lancet.* 2009;373:281-3.
- Li Q, Xie P. Outpatient workload in China. *Lancet.* 2013;381:1983-4.
- Lucas R, Lunet N, Carvalho R, Langa J, Muanantatha M, Nkunda LP, et al. Patterns in the use of medicines by university students in Maputo, Mozambique. *Cad Saude Publica.* 2007;23:2845-52.
- Pereyra WJF, Brito AO, Oliveira CHC, Silva FAFR, Canela GGC, Gontijo GHS, et al. Avaliação do uso de drogas por estudantes de medicina. *Rev Med Minas Gerais.* 2000;10:8-12.
- Paulo LG, Zanine AC. Automedicação no Brasil. *Rev Ass Med Bras.* 1988;34:69-75.
- Ministério da Saúde do Brasil. <http://portal.saude.gov.br> (citado 15 Out 2014).